

WILLIAM AKERMAN

DECISÕES INTERMEDIÁRIAS
E DIÁLOGOS CONSTITUCIONAIS
COM O PODER LEGISLATIVO EM

PORTUGAL E NO BRASIL

PREFÁCIO
RODRIGO BRANDÃO

APRESENTAÇÃO
KASSIO NUNES MARQUES



 Editora
SOBREDIREITO

341.202
A314
DID
2.14.
2025

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	17
PARTE I - PAPEL DOS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS E DAS SUPREMAS CORTES NO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO	23
CAPÍTULO 1 - CONSTITUCIONALISMO E JURISDIÇÃO CONSTITU- CIONAL	29
1.1. Separação de Poderes e Atuação do Tribunal Constitucional como Legislador Negativo	31
1.1.1. Constitucionalismo liberal: concepção clássica	32
1.1.2. Constitucionalismo social	36
1.2. Neoconstitucionalismo: premissas teóricas	38
CAPÍTULO 2 - SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE	47
2.1 Sistema português	51
2.2 Sistema brasileiro	57
CAPÍTULO 3 - AUTOCONTENÇÃO E ATIVISMO JUDICIAL: AINDA A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	63
PARTE II - DECISÕES INTERMEDIÁRIAS E PRINCÍPIO DEMO- CRÁTICO	71
CAPÍTULO 4 - AMBIÊNCIA DE ATUAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTI- TUCIONAL COMO LEGISLADOR POSITIVO	75

**CAPÍTULO 5 – CRIATIVIDADE JUDICIAL E DECISÕES INTERMEDIÁRIAS
NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS
E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO 83**

- 5.1. Sentenças interpretativas: interpretação conforme à Constituição (ou sentença interpretativa de rejeição) e declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto (ou sentença interpretativas de acolhimento ou provimento) 88
- 5.2. Sentenças manipulativas: aditivas e substitutivas 95
- 5.3. Sentenças transitivas (ou transacionais) ou limitativas 99
 - 5.3.1. Sentenças de modulação temporal 100
 - 5.3.2. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade 102
 - 5.3.3. Declaração de constitucionalidade provisória da lei ainda constitucional ou em trânsito para a inconstitucionalidade (inconstitucionalidade progressiva) 104
 - 5.3.4. Apelo ao legislador 105

**CAPÍTULO 6 – SENTENÇAS INTERMÉDIAS NA JURISPRUDÊNCIA DO
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS E DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL BRASILEIRO 109**

- 6.1. Com a palavra o Tribunal Constitucional português.. 109
 - 6.1.1. Acórdão n.º 425/1993: quórum deliberativo dos órgãos colegiados de assembleia 111
 - 6.1.2. Acórdão n.º 172/2021: presunção inelidível em relação ao autor da contraordenação 113
 - 6.1.3. Acórdão n.º 143/1985: exercício da advocacia por docentes 114
 - 6.1.4. Acórdão n.º 203/1986: atualização de pensões por incapacidade e por morte 115
 - 6.1.5. Acórdão n.º 414/1989: irretroatividade dos efeitos da repristinação de normas penais mais gravosas 116

6.1.6. Acórdão n.º 522/2021: reinstituição da Casa do Douro como associação pública	118
6.1.7. Acórdão n.º 353/2012: normas orçamentárias e suspensão de pagamento de subsídios de férias e Natal	119
6.2. Com a palavra o Supremo Tribunal Federal	122
6.2.1. Ação direta de inconstitucionalidade n.º 4.277 e arguição de descumprimento de preceito fundamental n.º 132: união estável entre pessoas do mesmo sexo	127
6.2.2. Arguição de descumprimento de preceito fundamental n.º 54: interrupção da gravidez de feto anencéfalo	128
6.2.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão n.º 26 e mandado de injunção n.º 4.733: reconhecimento da homofobia e da transfobia como crimes de racismo	129
6.2.4. Ação direta de inconstitucionalidade n.º 2.332: base de cálculo dos juros compensatórios na desapropriação	131
6.2.5. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão n.º 3.682 e ação direta de inconstitucionalidade n.º 2.240: criação de Municípios	132
6.2.6. <i>Habeas corpus</i> n.º 70.514/RS e recuso extraordinário n.º 135.328: prazo em dobro da Defensoria Pública e legitimidade do Ministério Público para a ação civil <i>ex delicto</i>	133

CAPÍTULO 7 – SENTENÇAS INTERMEDIÁRIAS E (IN)SINCERIDADE NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL 135

CAPÍTULO 8 – SENTENÇAS INTERMEDIÁRIAS E PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO: ABERTURA AO DIÁLOGO 141

PARTE III - DIÁLOGOS CONSTITUCIONAIS COM O PODER LEGISLATIVO A PARTIR DE SENTENÇAS INTERMEDIÁRIAS 147

CAPÍTULO 9 - DIÁLOGOS CONSTITUCIONAIS: ENTRE A SENTENÇA E A LEI 153

9.1. Teorias da Última Palavra e Teorias dos Diálogos Constitucionais 155

9.2. Isolamento das Variáveis Ligadas às Coordenadas Geográficas Relativas à Teoria dos Diálogos Constitucionais 165

CAPÍTULO 10 - EFEITO *BACKLASH*, CORREÇÃO LEGISLATIVA DA JURISPRUDÊNCIA EM PORTUGAL E NO BRASIL E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL PELA VIA LEGISLATIVA 171

10.1. Efeito *backlash* e ativismo congressional 175

10.2. Correção legislativa da jurisprudência em Portugal e no Brasil 179

10.3. Mutação constitucional pela via legislativa: perspectiva não supremacista 182

CAPÍTULO 11 - REAÇÕES LEGISLATIVAS A PRONUNCIAMENTOS INTERMEDIÁRIOS EM PORTUGAL E NO BRASIL 189

11.1. Com a palavra a Assembleia da Rep blica190

11.2. Com a palavra o Congresso Nacional199

CAPÍTULO 12 - APRIMORANDO O DISCURSO, COM OU SEM RESPOSTA LEGISLATIVA 207

CONSIDERAÇÕES FINAIS 213

REFERÊNCIAS 221